



# **A representação do feminino na comédia latina *O Mercador*.**

Edinaldo Gonçalves Nunes Junior<sup>1</sup>  
Tito Barros Leal<sup>2</sup>

Recebido em: 31/03/2019

Aceito em: 10/04/2019

## **RESUMO**

O presente artigo busca discutir a representação do feminino em Roma nos sécs. III e II a.C. Para tal, fez-se necessário uma breve abordagem acerca dos mecanismos de dominação masculina discutidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu, bem como de alguns conceitos desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault – ambos imprescindíveis para este estudo. Propomo-nos também à luz da Teoria da Representação analisar a comédia latina *O Mercador*, de Plauto, e demonstrar as intencionalidades presentes na aludida comédia.

**Palavras-chave:** Discurso. Representação do Feminino. *O Mercador*.

## **The representation of feminine in latin comedy “The Merchant”**

## **ABSTRACT**

The present article seeks to discuss the representation of the feminine in Rome in the 3rd and 2nd centuries BC. For this, it was necessary a brief approach on the mechanisms of male domination discussed by the sociologist Pierre Bourdieu, as well as some concepts developed by the philosopher Michel Foucault - both essential for this study. We also propose in the light

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, membro do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval – GERAM (Disponível em: <https://geram-uva.wixsite.com/geram>) e integrante do Programa de Educação Tutorial – PET do curso de História da UVA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6870321952542282>. Correio eletrônico: [jr.legionario@gmail.com](mailto:jr.legionario@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (CE). É Doutor em História (Especialidade de História e Cultura do Brasil) pela Universidade de Lisboa (2014), Mestre em Filosofia (Ética) pela Universidade Estadual do Ceará (2009), Especialista em Estudos Clássicos (2005), Bacharel e Licenciado em História (2003), estes três pela Universidade Federal do Ceará. Atua principalmente nas disciplinas de *História Antiga* e *Pesquisa em História* e tem se dedicado a investigar a correlação entre História e Literatura e a especificidade da *Epistemologia da História*. É Tutor do Programa de Educação Tutorial — PET História UVA e Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica — NEDHIS/UVA. É líder do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval — GERAM (Disponível em: <https://geram-uva.wixsite.com/geram>). Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: [www.proprietas.com.br](http://www.proprietas.com.br)). Foi Presidente da Associação Nacional de História, Seção Ceará — ANPUH-CE (2016-2018) e, atualmente, é Vice-Presidente da Associação Nacional de História — ANPUH-Brasil (2019-2021). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1886044779483892>. Correio eletrônico: [tito\\_barros@uvant.br](mailto:tito_barros@uvant.br); [titobarrosleal78@gmail.com](mailto:titobarrosleal78@gmail.com).



of the Theory of Representation to analyze the Latin comedy *The Merchant* of Plautus and demonstrate the intentionalities present in the aforementioned comedy.

**Keywords:** Speech. Representation of the Feminine. The Merchant.

## 1 PREÂMBULO

A atuação submissa e apática das mulheres retratada na História começa a ser contestada, a partir do século XX. Pensadores como o filósofo Michael Foucault contribuíram de forma notável para o avanço desses estudos. Propomo-nos neste trabalho a discutir a natureza de algumas contribuições de ordem teórica que possibilitaram uma nova perspectiva crítica em relação à construção do conhecimento histórico. E, a partir desses conceitos, pesquisas e teorias analisar a representação das mulheres em Roma sécs. III e II a.C. Para tal, sob a cintilação da Teoria da Representação, analisaremos a comédia latina *O Mercador*, de Plauto, com o fito de compreender os tipos femininos representados na obra, bem como a natureza dos discursos de dominação masculina presentes na peça.

Primeiramente, realizaremos uma apresentação sucinta das origens da Comédia Latina e seus pilares essenciais. Em seguida, iniciaremos uma discussão teórica acerca de alguns conceitos primordiais para o desenvolvimento da nossa abordagem e, por fim, analisaremos os tipos femininos presentes na aludida comédia.

## 2 A COMÉDIA LATINA E O MERCADOR DE PLAUTO

A *Comedia Palliata* (comédia latina) teve suas raízes na *véa κωμωδία* (comédia nova grega), estilo que se fez muito popular no mundo latino a partir do século III a. C. (CORREIA, 2007, p. 10). Aspectos formais próprios do mundo helênico foram cristalizados e se realizaram como resíduos literários no texto dos autores romanos, tanto assim que elementos daquela tipologia literária:

perduraram na comédia latina: maridos, esposas, filhos, escravos, o parasita, o soldado, a cortesã. A comédia de Plauto foi influenciada pela Comédia Nova grega e teve como modelos principais as comédias de Menandro, Dífilo e Filêmon os mais renomados representantes desta modalidade (CORREIA, 2007, p. 13)



Nesta perspectiva, os elementos próprios da vida cotidiana, herança da comédia nova grega, marcava o diferencial desta prática literária de outras também representadas por ocasião dos *LudiScaenici*<sup>3</sup>. Corriqueiramente, pai e filho entravam em conflito rivalizando o amor por uma mesma jovem, geralmente, uma escrava-cortesã.

Na esteira da *Poética* aristotélica, Correia afirma que “a tragédia e a comédia são formas de mimese, que diferem quanto ao objeto de imitação: a tragédia procura imitar homens superiores e a comédia busca imitar os homens inferiores” (CORREIA, 2007, p. 12). Ainda segundo Correia (2007, p. 13) seria o erro ou o engano os responsáveis pela motivação do riso. Concordamos com Correia (2007) que a *comedia palliata* se fez herdeira direta da comédia nova grega no tocante à sua função educativa. Ridicularizando o erro a comedia enfatizava um tipo específico de comportamento adequado a ser seguido em sociedade, ou seja, o comportamento que não seria motivo de desdenho. É, portanto, continuidade da máxima verificável em um monóstico do século IV a. C, assinado por Menandro, principal autor da comédia nova grega, no qual pudemos ler simplesmente: “*Βλέπων πεπαίδευμ ’ εἰστάπων ἄλλων κακά* (aprendi observando os males alheios).

As palavras de Menandro, certamente repercutiram na literatura de Plauto que, polindo a ideia acima exposta, fixava nos *Persas* (540 s.) “te de allisquamalios de te suaviust” (é melhor que aprendas com os outros do que os outros contigo).

Tendo destacado alguns dos principais elementos da Comédia Latina, passemos a *O Mercador*, uma das primeiras comédias de Titus Maccius Plautus (c. 254 – 184). Segundo Correia (2007, p. 6) “mesmo adaptando obras gregas, [Plauto] foi considerado o autor que mais criatividade e originalidade demonstrou nas obras apresentadas nos festivais”.

No prólogo d’*O Mercador*, Plauto explicita que seu texto é uma adaptação da comédia grega *Emporos*, escrita por Filêmon. A peça está dividida em cinco atos. O tema central versa sobre a paixão de dois homens, o velho Demifão (pai) e o jovem Carino (filho), pela mesma mulher.

Em uma de suas viagens, Carino apaixona-se loucamente por uma belíssima jovem, a escrava Pasicompsa (o nome da escrava é uma latinização de vocábulo grego cuja tradução seria *toda enfeitada*). Ele compra a jovem com o objetivo de continuar se

---

<sup>3</sup> A tradução literal para *LudiScaenici* é *jogos de encenação*. A experiência das comédias nos festivais públicos do período republicano se inicia por volta de 240 a. C. e figurará como parte dessas celebrações cívicas até a morte de Terêncio, em 159.



relacionando às escondidas com a ela. Quando Carino retorna, Demifão descobre a presença de Pasicompsa na embarcação de seu filho e, de pronto, perde-se de amor com a beleza da jovem e a deseja como amante. Daí em diante as mentiras tomarão conta da trama.

Carino diz para seu pai que havia comprado a jovem para ser escrava de sua mãe. Por sua vez, Demifão desaprova a atitude do filho e afirma que irá vendê-la para um amigo. O desejo do pai prevalece.

Demifão suplica para que seu vizinho Lisímaco, por hora, esconda a jovem Pasicompsa em sua casa. A partir desse momento, uma série de desventuras surge na trama. A mulher de Lisímaco, Doripa, ao ver a bela Pasicompsa em sua casa, imagina de imediato que seu marido lhe está traindo e o ameaça abandonar. E eis que a casa de Lisímaco se torna um espaço de caos até que a natureza dos fatos venha a ser esclarecida. O velho Demifão vê-se ridicularizado e arrependido, tornando-se motivo de riso e tudo isso, por causa da paixão incontrolável por uma escrava, uma mulher.

A trama inicial da peça, portanto, move-se em torno de Pasicompsa. Apesar disso, são muito poucas as falas femininas na obra.

Guardemos isso.

### **3 A VERDADE, O PODER E A DOMINAÇÃO MASCULINA**

Entre guerras e alianças, mortes e nascimentos, verdades e mentiras a raça humana constrói sua história. Todavia, qual a razão, qual o motor que nos impulsiona? Seria a busca pela verdade? Há alguma explicação mítica, filosófica, histórica ou física capaz de alcançá-la? Ou seria a verdade um devaneio assombroso? *Vitam impedere vero*<sup>4</sup> (Juvenal 4, 91).

Foram inúmeros os pensadores mobilizados por essas questões. Entre eles destacamos o filósofo francês Michael Foucault (1926-1984). Roger Chartier (2002), em *A beira da falésia*, afirma que o próprio Foucault, ao fazer uma classificação retrospectiva de sua obra, entendia ter sido “sempre guiado, não pela questão do poder, não por aquela do sujeito, mas pela história dos ‘jogos de verdade’” (CHARTIER, 2002, p. 195). Destarte, o fio condutor do pensamento de Foucault orbita em torno da historicidade dos estatutos de verdade

---

<sup>4</sup> Em livre tradução: Arriscar a vida pela verdade



que validam os entendimentos acerca da loucura, da sexualidade, do poder, do conhecimento, da ética etc.

Para Chartier (2002), Foucault compreendia três ontologias históricas com as quais a verdade se relacionava:

o conhecimento, o poder, a ética. Cada um desses domínios de discursos e de práticas coloca em jogo, à sua maneira, as formas do “dizer a verdade”, as regras de produção e de validação dos “discursos verídicos”.

Assim, o que devia ser a última etapa da pesquisa, o entrelaçamento entre a questão da história da verdade e aquela da subjetivação torna-se para Foucault a trama fundamental de seu percurso intelectual. A questão dos jogos de verdade fornecia a chave que permitia ler sua obra da maneira mais englobante, mais coerente (CHARTIER, 2002, p. 197-198).

Para Foucault (2014) a verdade deixou de ser algo transcendental ao homem, ela foi despida de sua inumanidade. Tornou-se um discurso que por sua vez era capaz de validar as mais diversas práticas, domínios e discursos. Para Foucault (2014, p. 17) a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte de uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão, é como que um poder de coerção”.

A verdade é um discurso.

Orabem, se para Foucault (2014, p. 10) a verdade é um discurso, vejamos os apontamentos do filósofo fixados n’*A ordem do discurso*:

não simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; é visto que – isto a história não cessa de ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Foucault ao elencar os princípios elementares do discurso nos afirma que ele deve ser visto com uma “violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2014, p. 50). Nota-se que o discurso é possuído pelo desejo de se apoderar de algo. A violência do discurso universal nega a singularidade da vida, da história, do sujeito etc.

A violência do discurso é validada pela “sabatina da verdade”. Concordando com esse ponto de vista, Paul Veyne (2014, p. 169) esclarece que o discurso “comanda, reprime, persuade, organiza”, é, pois, uma singularidade:



A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde.

A originalidade da busca foucaultiana está em trabalhar a verdade no tempo [...] (VEYNE, 2014, p. 25)

Cada época produz o seu “dizer verdadeiro”, ou seja, devemos ter ciência de que cada momento é dotado de seu “modelo de verdade” apenas os discursos que se enquadram nesse modelo possuem a legitimidade da ordem vigente. O discurso dito verdadeiro é, portanto, o discurso convincente, persuasivo. Para Veyne (2014, p. 49), a filosofia proposta por Foucault nos permite aferir que “tudo o que acreditamos saber se limita a despeito de nós, não vemos os limites e até mesmo ignoramos que eles existam. Num automóvel, quando à noite, o *homo viator* não poder ver nada além do alcance dos faróis”.

Estamos fadados aos limites dos nossos horizontes.

Eis o fato: a verdade não existe, mas a despeito da sua inexistência, construímos o nosso existir baseados na crença do seu alcance.

Para Veyne (2014), o poder e o saber podem trabalhar mutuamente em plena sintonia. A princípio, o saber é ingênuo, desinteressado e livre de poder. Quando operam juntos é necessário analisar, caso a caso, suas relações e os caminhos que os entrelaçam. Segundo o historiador, do ponto de vista foucaultiano o poder deve ser definido como:

a capacidade de conduzir não fisicamente os comportamentos alheios, de fazer as pessoas andarem sem colocar os pés e pernas delas na posição adequada. É a coisa mais cotidiana e mais partilhada; há poder na família, entre dois amantes, [...] nas ruas de mão única. Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade, cujo liço é formado pelos indivíduos. [...] Há liberdade em toda parte, uma vez que há poder em toda parte: constata-se que alguns se insurgem enquanto outros se deixam levar.

Em parte alguma podemos escapar às relações de poder: em compensação, sempre podemos, e em todo parte, modificá-las; pois o poder é uma relação bilateral; ele faz par com a obediência, que somos livres (sim, livres) para conceder com mais ou menos resistência (VEYNE, 2014, p. 167-168)

Podemos compreender, portanto, o poder como uma entidade fragmentada presente no cotidiano de cada indivíduo. A majestade do poder está na sua banalidade, na sua presença fragmentária. O poder é onipresente em nossa sociedade, é estabelecido por meio de uma relação bilateral com a obediência. Assim, não devemos compreendê-lo como sendo algo estático, pois os indivíduos podem exercer uma resistência a sua aceitação, ou seja, podem



romper os laços da obediência. Foucault entende que o sujeito é dotado de liberdade e, assim sendo, possui a capacidade de escapar às relações de poder.

A liberdade do sujeito é o que possibilita o dinamismo dos poderes. As relações de dominação só existem enquanto houver obediência. O sujeito é capaz de deliberar de aceitar ou não a dominação. É importante frisar que tais deliberações limitam-se sempre as concepções de mundo que sua época permite. Na medida em que essas perspectivas mudam novos horizontes de possibilidades surgem, por isso que todos os discursos de poder, de verdade, de dominação devem ser vistos como eventos singulares na história da humanidade. Não há possibilidade de repetição. Todas as situações são únicas. E, portanto, devem ser analisadas como tal.

Na perspectiva foucaultiana da dominação, o sujeito tem a capacidade de deliberar e seguir na contramão do poder (desobedecer), provavelmente, sua conduta irá adquirir um caráter marginal e transgressora nos olhos daquela sociedade, tendo em vista que não se adéqua aos padrões, às normas, aos comportamentos esperados.

Sobre a questão, resta-nos ressaltar as formas de dominação relacionadas à sexualidade e, para tal, assumimos o pensamento de Pierre Bourdieu (2017) estampado nas páginas do livro *A dominação masculina*, no qual o sociólogo nos apresenta alguns dos mecanismos historicamente utilizados para criar um fosso divisor entre o homem e a mulher. Segundo Bourdieu:

a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que *é normal, natural, a ponto de ser inevitável*: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas, de percepção, de pensamento e de ação [...] (BOURDIEU, 2017, p. 21) (grifo nosso)

Para Bourdieu, a sustentação necessária para a manutenção da diferenciação dos comportamentos e *habitus* desejáveis do homem e da mulher é lograda por meio do discurso que os associa a uma ordem de caráter natural, portanto, válida por si só, inquestionável.

Dessa forma, “a força da ordem masculina [...] dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra” (BOURDIEU, 2017, p. 22). Ironicamente, há nessa tentativa de negação de discurso — ou de neutralidade discursiva ou, ainda, de naturalidade do discurso —, uma real parcialidade que difunde a ideia da não necessidade de afirmação masculina.



Bourdieu (2017) denuncia em sua obra a arbitrariedade presente no discurso de dominação masculina que, tendenciosamente, criou um universo de discursos e práticas que distanciam os sexos. A ponte de ligação entre ambos é construída pelas características antagônicas atribuídas aos sexos. O sexo masculino exerce o papel de dominador enquanto o feminino o de dominada. Historicamente, associam-se ao universo masculino conceitos, como: direito, dominador, oficial, público, alto, luz, fora, etc. Em contra partida, associa-se ao feminino: dominado, baixo, noite, natureza, dentro, torto etc. Essa violência simbólica da dominação masculina:

encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia *universalmente* concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente compartilhados impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2017, p. 54)

Haveria, segundo Bourdieu (2017, p. 144-145), um “monopólio da definição legítima das práticas e dos discursos sexuais — campo religioso, campo jurídico, campo burocrático — e capazes de impor essa definição nas práticas, sobretudo através das famílias”. Bourdieu (2017, p. 145) compreende, na senda de Foucault, que os discursos de dominação masculina são “estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado, e que se reproduzem através da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços”.

O discurso de dominação masculina se difunde de forma fragmentada na sociedade — na religião, no campo jurídico etc. — exercendo, pois, uma relação de poder com os sujeitos que aos poucos constroem uma aura de verdade em torno desse discurso. Tal obediência os leva a crer que a dominação masculina é algo transcendental ao homem. Devemos, pois, nos aventurar na contramão desse tipo de pensamento, comumente difundido pelo *senso* comum, e, assim, compreender que todo discurso é forjado pelo homem, portanto, é dotado de historicidade.

A partir do centro teórico acima referido, voltemos os olhos ao *O Mercador*. Tomemos a narrativa da peça plautiana como um discurso dotado de intencionalidades, uma representação de dada realidade. Em especial, busquemos analisar as representações do





feminino presentes na obra. Nossa intenção é refletir sobre a prática discursiva do autor e, para tanto, será preciso analisar o contexto da obra.

#### **4 HISTÓRIA E MULHER ROMANA**

Limitaremos nossas observações à participação da mulher na vida romana entre os sécs. III e II a.C., período da produção plautiana.

As reflexões de Michael Foucault possibilitaram um novo olhar sobre o passado. Ana Maria Colling, em *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*, fala da importância do pensamento do filósofo francês:

Michel Foucault revolucionou a vida das mulheres, ou pelo menos a sua história. Ao mostrar em suas obras que os objetos históricos são meramente construções discursivas, Foucault libertou as mulheres da sua natureza, permitindo que pudessem tomar para si sua história. Nos mostrou que tudo aquilo que invocamos do passado passa por um intrincado jogo de relações de poder e saber que instituem verdades. Apesar de pouco falar do feminino, ao historicizar os objetos de pesquisa, Foucault ofereceu às historiadoras de gênero, ferramentas para questionar, levantar suspeitas sobre o eterno feminino. Falar de uma mulher era falar de todas mulheres, todas igualmente presas nas tramas da identidade, da natureza e da representação (COLLING, 2014, p. 34)

Novas ferramentas foram integradas ao fazer historiográfico e possibilitaram o alargamento do horizonte de compreensão da História, o que contribuiu para um redimensionamento dos estudos em torno das mulheres, redefinindo os discursos de identidade que tendiam a criar uma homogeneidade inferior e estereotipada. O próprio senso de eterna feminilidade foi colocado sob suspeita.

Assim, a História assumiu, radicalmente, sua condição de construção humana e se assumiu como um produto da subjetividade. No clássico *História e Verdade*, Adam Schaff (1983, p. 282) se questiona sobre a influência/contribuição da subjetividade no fazer história e até que ponto essa dimensão empobrece a objetividade do conhecimento de Clio. Schaff se propõe a refletir acerca do assunto em busca de uma saída para tal o problema. Lemos:

A objetividade dita pura é uma ficção; o fator subjetivo é introduzido no conhecimento histórico pelo próprio fato da existência do sujeito que conhece. Em contrapartida, há duas subjetividades: a “boa”, ou seja, aquela que provém da essência do conhecimento como relação subjetivo-objetiva e do papel ativo do sujeito no processo cognitivo; a “má”, ou seja, a subjetividade de deforma o conhecimento por causa de fatores tais como o interesse, a parcialidade, etc. A



“objetividade”, é a distância entre a boa e a má subjetividade, e não a eliminação total da subjetividade. (SCHAFF, 1983, p. 282) (grifo nosso)

Schaff evidencia que não há objetividade pura na produção do conhecimento histórico. Tal objetividade, não é nada mais que mera ficção. No entanto, ele propõe uma produção de conhecimento pautada na “ética”. O historiador no seu métier deve a todo custo se distanciar da *má subjetividade*, ou seja, da subjetividade que deforma deliberadamente o conhecimento, molda-o à sua vontade.

A obra da historiadora francesa Michelle Perrot contribuiu muito para elucidação da participação das mulheres na história. O livro *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* reúne uma seleta de textos da historiadora que nos leva a refletir sobre a arbitrariedade de uma História protagonizada quase que exclusivamente pelos homens.

Segundo ela, desconsiderar o aspecto fragmentário do poder e sua presença no cotidiano é excluir do foco do discurso histórico a importância da mulher (PERROT, 2017, p. 197). Ainda segundo a historiadora, são as relações de poder moldam a história e, portanto, seria arbitrário desconsiderá-las em seu aspecto mais amplo:

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivale a “influências” difusas e periféricas, em que as mulheres têm sua grande parcela [...] Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes (PERROT, 2017, p. 177).

Para Colling, as práticas e discursos androcêntricos remontam à antiguidade clássica. Em Roma, a justificação e legitimação da inferioridade feminina se devam por meio do discurso jurídico:

com os romanos, em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina, através da instituição jurídica do *paterfamilias*, que atribuía ao homem todo o poder: sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos. O Direito transforma-se, na civilização romana, em um instrumento de perpetuação dessa assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher (COLLING, 2014, p. 23).

Ricardo César Lira, ao analisar a perspectiva histórica da família, nos ajuda a compreender a instituição jurídica do *paterfamilias* presente no direito romano, segundo ele:

Na família romana, o *pater familias*, com relação aos cognados e agnados, era o chefe absoluto, era o sacerdote incumbido de officiar a veneração dos *penates*, deuses domésticos. Era o chefe do grupo familiar, exercente do poder marital, com direitos



absolutos sobre a mulher, que remanesca *in loco filiae*. Dispunha de poderes também absolutos sobre os filhos, com direito de vida e morte sobre eles, *jus vitae necisque* [...] Só o *pater familias* tinha patrimônio (LIRA, 1999, p. 82-83)

A partir dessas abordagens e dos conceitos e teorias discutidos, podemos compreender que a instituição jurídica romana girava em torno de um discurso androcêntrico que buscava legitimar a superioridade masculina na mesma medida em que representava a mulher como um sujeito de “natureza” inferior.

Na sociedade romana, o direito deve ser compreendido como um discurso de propósitos notadamente patriarcais que almejava, acima de tudo, a manutenção da dominação masculina. Colling (2014, p. 23) afirma que a natureza androcêntrica desses discursos nos força a “tentar recuperar a presença da mulher na história, [...] [por meio da] construção de um novo mapa, de uma nova metáfora, desconfiando das categorias dadas como universais”.

Concordando com Colling, Lourdes Conde Feitosa afirma que a desconfiança das categorias dadas como universais cria um leque de novas perspectivas históricas. Segundo ela, “a noção generalizante de imposição masculina não pode dar respostas satisfatórias à diversidade de comportamentos e situações históricas. Essa observação é particularmente significativa para a análise do mundo romano” (FEITOSA, 2008, p. 125).

Em relação à ideia de poder absoluto do *pater familias*, Feitosa (2008, p. 127) afirma não haver um consenso entre as fontes literárias e jurídicas. Ela nos informa ainda que “a própria caracterização da casa romana como um espaço privado, destinado ao descanso e restrito à convivência familiar, agora é discutida sob um ponto de vista arqueológico”.

Por fim, tais informações nos indicam que, no mínimo, a suposta apatia e total submissão das mulheres romanas fundamentam-se em discursos androcêntricos, bem como no desconhecimento das próprias estruturas familiares do mundo romano. Faz-se necessário, pois, um estudo acerca desses aspectos ainda difusos assim como uma postura crítica em relação à representação das mulheres. Se considerarmos, por exemplo, que a casa romana é um ambiente de forte influência naquela sociedade e, portanto, não apenas restrito ao convívio familiar o discurso da mulher limitada ao privado e sem influências vai ao chão.

Lido à luz da teoria da Representação, *O mercador* parece ser fonte fértil para aprofundar o debate acerca das relações de dominação masculina presentes na representação do cotidiano da mulher romana.



## **5 A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM *O MERCADOR***

Os discursos de dominação masculina estavam também presentes na comédia latina. Havia na representação dos tipos femininos um profundo interesse masculino.

Para construirmos os alicerces teóricos da premissa trazidos no parágrafo anterior faz-se necessário a aplicação da Teoria da Representação no universo social romano. Primordialmente, é fundamental conceituar o que é uma representação para, à posteriori, discutirmos alguns aspectos dos tipos femininos representados na comédia latina *O Mercador*.

Para Chartier (2002) onde há representação, inexoravelmente, há também ausência, uma vez que não devemos atribuir ao reflexo à importância do refletido. A imagem representativa corresponde, pois, a uma construção discursiva. A natureza dessa construção não é dotada de imparcialidade/neutralidade, tendo em vista que seus construtores possuem afetos parciais, interesses, vontade de potência, etc.

Segundo Chartier (1990, p. 17), para que possamos determinar e articular as relações que indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social é preciso compreender que:

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Para Chartier (2002, p. 174) “os artifícios [da representação] podem ser dos mais hábeis, e os ‘golpes’ muito certos”. Encenação após encenação, a *comedia palliata* reafirmou seu discurso tornando motivo de risos o comportamento que não se enquadrava nos padrões daquela sociedade. A eficácia de tal discurso “depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão ou da distância ante mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação” (CHARTIER, 2002, p. 178). Quanto maior a capacidade persuasiva, maior a relação de dominação, maior a relação de obediência perante os dominados.

As reflexões de Chartier (2002) nos ajudam a compreender que todo processo de representação é dotado de interesses, quais sejam: coerência, identidade, poder, etc. A partir desses conceitos, bem como das abordagens teóricas e conceituais já discutidos neste trabalho



(principalmente as relacionadas aos mecanismos de dominação masculina), passamos a discutir os três tipos femininos presentes na comédia *O Mercador*: a) a meretriz, Pasicompsa; b) a matrona, Doripa; e c) a ancião, Sira.

As personagens femininas representadas na obra-fonte em foco “não representam papéis de grande relevância para a comédia, principalmente em suas ações. É o que ocorre, de maneira geral, na maioria das comédias plautinas.” (CORREIA, 2007, p. 41). Entretanto, o silêncio da voz feminina não pode ser visto como um ato ingênuo do autor. A limitação das personagens femininas denuncia, outrossim, uma marca androcêntrica dominante na sociedade romana dos tempos do autor.

Na obra *O Mercador*, por tanto, o feminino vocifera em silêncio.

Como vimos, por meio da representação cria-se um reflexo da realidade que no instante que representa também substitui. Acreditamos que a mudez das mulheres na obra plautiana representa, de fato, um discurso de dominação masculina contrário à contestação do *status quo*.

A personagem feminina com maior participação na trama é Sira, a escrava conselheira de Doripa, mulher de Lisímaco. Ela foi a primeira a ver Pasicompsa na casa de sua ama e logo concluiu que a jovem era uma *meretrix* e que sua ama estaria sendo traída. No IV ato da peça, Sira faz severas críticas às condições da mulher na sociedade:

Por Castor, as pobres mulheres vivem sob uma lei dura e muito mais injusta do que os homens. Pois, se um marido, às escondidas de sua esposa, mantém uma prostituta, se a esposa descobre isso, o homem fica impune; uma esposa, se sai fora do lar às escondidas do marido, torna-se para o marido motivo para terminar o casamento. Oxalá que a lei fosse a mesma para a esposa e o marido, pois a esposa que é boa se contenta com um único marido; por que um homem não se contentaria com uma só esposa? Por Cástor, se os homens fossem castigados da mesma forma, se algum mantivesse uma prostituta, às escondidas da esposa, da mesma forma que elas são repudiadas se cometem a falta, mais maridos estariam sem cônjuge do que as esposas agora. (PLAUTO, 2007, p. 103-104)

Plauto utiliza Sira para fazer uma crítica às desigualdades sofridas pelas mulheres. Além disso, a desconstrução de uma personagem masculina como Demifão, pode nos levar a pensar que a peça contesta a realidade social vigente. Tal hipótese, entretanto, não se realiza numa leitura atenta do texto. Como já afirmamos, aliás, a desconstrução do rotineiro e a ênfase no inusitado são recursos típicos do gênero cômico.

Apesar do silêncio das personagens femininas na peça, podemos, a partir do sonho do *paterfamilias* Demifão, notar que ele tem um profundo receio de confrontar sua esposa.



Tanto assim que tenta, a todo custo, esconder Pasicompsa. Outro temor presente no sonho está justamente relacionado ao fato dele se apaixonar pela escrava.

Se não vejamos:

**Demifão** De formas estranhas, os deuses brincam com os homens, e com estranhos exemplos lhes mandam sonhos durante o sono. Por exemplo, na noite passada, eu me revirei bastante durante o sono e fiquei atormentado. Sonhei que comprei uma bela cabra. Para que ela não fizesse mal à cabra que eu já tinha em casa, nem brigas sem, se ambas estivessem num mesmo lugar, pensei, depois que a comprei, em confiá-la à guarda de um macaco. Esse macaco, pouco depois, se aproxima de mim, fica praguejando e causa grande confusão. Diz ele que com a chegada daquela cabra, por culpa dela, ocorreram sem moderação reclamações e danos; fala que a cabra que lhe foi dada para guardar comeu o dote de sua esposa. Pareceu-me espantoso que uma só cabra tenha comido o dote da esposa do macaco. O macaco insiste que isso aconteceu e finalmente responde: se eu não me apressasse em afastá-la, ele a levaria para dentro de minha casa, para minha esposa. E, por Hércules, no mesmo instante pareceu-me que eu me apaixonara por ela, porém não tinha a quem confiar a cabra; Além do mais, que poderia fazer? Desgraçado, morria de preocupação. Nesse momento, pareceu se aproximar de mim um bode. Começa por anunciar-me que tomou a cabra do macaco e se põe a zombar de mim; (PLAUTO, 2007, p. 63)

No excerto do sonho de Demifão acima apresentado é possível notar que o discurso literário não está em alinhamento como discurso jurídico dado que a figura do *paterfamilias* mostra-se temeroso diante da resistência feminina presente em sua casa e, posteriormente, demonstra-se completamente vulnerável aos encantos da bela Pasicompsa. A existência de uma personagem com as características de Demifão nos faz refletir sobre as tensões que existiam naquela sociedade.

Acreditamos que o discurso jurídico do *paterfamilias* cria uma representação do homem que não condiz com a complexidade social romana. A partir da análise da peça, notamos que as *materfamilias* não necessariamente se submetiam as limitações jurídicas do androcentrismo romano.

Ao criar a Demifão, Plauto busca representar o modelo de homem indesejável e ao fazer isso, pela via cômica, reitera o discurso androcêntrico. A necessidade dessa ordem discursiva denuncia justamente as tensões e os embates presentes na sociedade romana dos sécs. III e II a.C. Não bastava existir um discurso jurídico regulamentador da dominação, ao fim e ao cabo a sociedade sempre cria outras estratégias mais próximas da realidade popular para se legitimar. Ao que parece, criando modelos inusuais e ridículos, a comédia plautiana contribuía para reforçar modelos desejáveis de homens e de mulheres.



A despeito das poucas cenas e dos silêncios de Doripa e Pasicompsa, entendemos que ambas cumprem importante papel como produtos de uma representação cujo intuito primordial era definir os atributos desejáveis para a *materfamilias* e as características pertinentes à *meretrix*.

No diálogo de Carino e Demifão fica evidente que as representações de *materfamilias* e *meretrix* são antagônicas, uma não pode está se quer na presença da outra:

**Demifão** Aos poucos, eu o sensibilizo. Mas, esqueci de dizer: ela [*meretrix*] não poderá seguir sua mãe [*materfamilias*], de forma bastante honesta, como uma acompanhante nem eu permitirei.

**Carino** Mas, por quê?

**Demifão** Porque seria um escândalo essa bela mulher acompanhar uma mãe de família; quando andasse pelas ruas, todos a contemplariam, moveriam a cabeça, piscariam os olhos, assobiarão, beliscariam; os homens a chamarão e serão desagradáveis; eles cantarão diante da porta: picharão com carvão versos elegíacos. E, como agora os homens são maledicentes, acusarão a mim e a minha mulher, dizendo que exploramos a prostituição. Para quê isso?

**Carino** Por Hércules, você falou bem, concordo com você. Mas que se fará com ela agora?(PLAUTO, 2007, p. 72-73)

No diálogo fica evidente o discurso associativo entre a beleza a prostituição. Ou seja, a beleza não era um atributo fundamental da *materfamilias*, ao contrário, a característica não deveria faltar à *meretrix* ideal. É evidente a arbitrariedade presente nessas generalizações cujo fim último não seria outro além da construção de padrões estéticos e comportamentais da mulher. Em Plauto temos o discurso dominante masculino buscando criar os tipos de mulheres que iriam satisfazer os seus desejos no ambiente familiar, na rua etc.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios historiográficos, sociológicos, filosóficos e literários discutidos no presente trabalho, nos propiciaram expor as arbitrariedades presentes nas representações femininas, em especial, em Roma sécs. III e II a.C. Sabe-se pouco acerca da participação da mulher na antiguidade clássica, defendemos a hipótese de que a apatia atribuída à mulher não se realizam no cotidiano, dado que de forma deliberada diversos discursos de dominação masculina forjaram uma representação de mulher apática e submissa.



A mulher teve por muito tempo sua participação na História silenciada e deformada. A partir da Teoria da Representação, das reflexões de Michael Foucault, dos conceitos de dominação de Pierre Bourdieu, bem como das contribuições de historiadoras como Michelle Perrot e Ana Maria Colling, discutimos os diferentes aspectos da dominação masculina que nos ajudaram a entender a violência potencial dos discursos. Com o fito de compreender a representação do feminino em Roma sécs. III e II a.C. restringimos este estudo à representação do feminino na comédia plautiana *O Mercador*, aferindo que as mulheres na aludida comédia foram deliberadamente silenciadas. E quando retratadas, foram representadas por tipos femininos que visavam, acima de tudo, delimitar o universo de atuação e escolhas femininas.

Na Roma Republicana, tanto o discurso cômico, como o discurso jurídico, limitaram a importância da mulher, mas essa limitação, de forma alguma, pode ser vista como uma representação fidedigna da realidade.

## REFERÊNCIAS

PLAUTO. **O mercador**. Tradução: Damares Barbosa Correia. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Os paradigmas revolucionários**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre, Ed. Universidade, 2002.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino da história. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

CORREIA, Damares Barbosa. **O Mercador de Plauto**: história e tradução. 120p. (Dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Gênero e sexualidade no mundo romano*: a antiguidade em nossos dias, **História: Questões & Debates**, n. 48/49, p. 119-135, Editora UFPR, 2008.





FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Repensando o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. Trad. Maria Paulo Duarte. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.